

O CONCEITO DE NATUREZA COMO PONTO DE PARTIDA NA PEDAGOGIA DE ROUSSEAU

Vilmar Alves Pereira*

RESUMO

Este ensaio teórico tem a pretensão de demonstrar a importância que o conceito de natureza ocupa na pedagogia de Rousseau. Marcado pelo espírito de seu tempo e longe de ser considerado um ingênuo, Rousseau inverte a lógica do pensamento vigente quando considera que naturalmente tudo sai bem das mãos do autor das coisas, defendendo, desse modo, que naturalmente os homens são bons. Que bondade é essa? Se naturalmente somos bons, qual é a necessidade da educação? Essas e outras questões são discutidas neste ensaio. Também será aqui apresentada a defesa de uma educação que respeite o desenvolvimento natural, a partir da retomada de alguns aspectos da leitura de sua obra *Emílio* ou da Educação. Fica evidente que, a partir do conceito de natureza, não é pensada apenas a educação, mas o modelo de sociedade que se almeja no contexto do século XVIII.

Palavras-Chave: Natureza. Pedagogia. Rousseau.

ABSTRACT

The Concept Of Nature As A Starting Point In Rousseau's Pedagogy

This theoretical essay aims at showing the importance of the concept of Nature in Rousseau's pedagogy. Since he was influenced by his time and could not be considered naïve at all, Rousseau inverted the logics of the prevailing thoughts regarding the belief that everything turns out well in the hands of its author, thereby arguing that men are naturally good. What kind of goodness is this? If we are naturally good, which is the need for education? These issues, and others, are discussed in this essay. We also defend the education that respects natural development by using some of the aspects we have found in Rousseau's *Émile: or, on Education*. Clearly, the concept of nature leads us to think about education and the model of society that is expected in the context of the eighteenth century.

Keywords: Nature. Pedagogy. Rousseau.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor e pesquisador no Instituto de Educação e nos Programas de Pós Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG); em Educação em Ciências: química da vida e saúde (PPGEC/FURG e UFSM- como colaborador). E-mail: vilmar1972@gmail.com.

SITUANDO A DISCUSSÃO

Quando falamos a respeito de natureza, é comum, a partir de uma leitura simplista, associarmos-a de forma imediata à natureza primeira, aquela composta por rios, bosques e florestas. Segundo Luft, o termo natureza serve para indicar “1. conjunto de seres que formam o universo; 2. conjunto de fenômenos físicos e suas causas; 3. Essência ou propriedade de um ser; 4. Estado natural (de uma pessoa ou coisa); 5. Caráter, índole, temperamento”. (LUFT, 2000, p. 475).

O debate acerca do estado de natureza é muito amplo e engloba vários pensadores. Na sociedade ocidental, esse debate aparece desde a mitologia grega, segundo a qual o grande desafio dos humanos era encontrar formas de domínio da natureza. Os autores da *Dialética do Esclarecimento* (Adorno e Horkheimer) apontam para essa relação de domínio da natureza presente na mitologia, cujo referencial é o mito de Ulisses ou Odisseu. Os filósofos da *Physis*, como o próprio nome indica, tomaram como referência em suas primeiras investigações a busca por um princípio que pudesse explicar a origem do mundo. E, via de regra, esse princípio estava na natureza.

No contexto medieval, com o movimento da Patrística e da Escolástica, volta à tona a relação homem – natureza, através de uma abordagem de fundamentação católica, a partir da ênfase no criacionismo como forma de explicar a realidade. Essa referência é bastante clara no Gênesis, onde é afirmado: “E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se arrasta sobre a terra”. (GÊNESIS 1: 26)

Este artigo apresenta a discussão acerca da natureza humana e sua relação com a sociedade civil no contexto de um dos pensadores jusnaturalistas. Desse modo, veremos como Rousseau desenvolve sua concepção de educação e de sociedade no século XVII, tendo como referência um argumento hipotético envolvendo o conceito de natureza. As decorrências dessa leitura apresentam inúmeros legados para a educação atual. Assim, o presente texto, quando discute natureza, possui a compreensão de que, hermeneuticamente, desde já nos encontramos em uma situação de relação ambiental. Ao discutir a natureza humana, temos a clareza de que estamos no terreno da natureza ambiental, pois jamais podemos nos pensar como seres à parte da natureza.

No caso de Rousseau, é bom lembrar que ele comunga de um espírito de época em que a discussão do direito natural já fora estabelecida antes e depois de seu pensamento, pela escola dos jusnaturalistas:

Sob a velha etiqueta de ‘Escola do Direito Natural’ escondem-se autores e correntes muito diversos: grandes filósofos como Hobbes, Leibniz, Locke, Kant que se preocuparam também, mas não precipuamente, com problemas jurídicos e políticos, pertencentes a orientações diversas e por vezes opostas ao pensamento (...) e finalmente, um dos maiores escritores políticos de todos os tempos, o autor de O contrato social (BOBBIO, 1987, p.14).

Na primeira fase da modernidade, o debate sobre o estado de natureza centra-se em três grandes pensadores jusnaturalistas, tidos como os maiores referenciais quando se discute a origem do Estado moderno: Hobbes, Locke e Rousseau. Preocupados com o debate político, eles se voltam à questão da natureza para fundamentar as suas proposições. Há, entre eles, elementos peculiares que ampliam o estudo sobre a existência e a concepção de um estado de natureza. A grande questão é afirmar se ele existe e o modo como ele existe. Na verdade, os teóricos empenham-se em justificar como se caracteriza a natureza. Será ela uma fonte de bondade ou de maldade e desorganização? Rousseau, porém, possui uma opinião diferente da dos demais jusnaturalistas, entendendo que esse estado se caracteriza por ser um estado bom, onde os homens vivem de forma pacífica. Mas, teria ele ocorrido de fato ou seria concebido apenas hipoteticamente?

Hobbes afirma que o estado de natureza é um estado de pura hipótese da razão, não acreditando na possibilidade de todos os indivíduos terem vividos juntos e, ao mesmo tempo, em estado de natureza visto que, de tal condição, surgiria uma consequência inevitável: sua destruição. “Se o estado de natureza tivesse existido, com sua existência prolongada teria levado à extinção da humanidade” (Idem, p.49). No entanto, Hobbes admite a possibilidade de ter havido um estado de natureza parcial num pequeno grupo de pessoas, num determinado espaço, tempo e lugar.

Para Locke, o estado de natureza seria uma mera abstração da razão; seria um estado no qual todos os homens viveriam em paz, caso seguissem as leis naturais, o que é difícil de ocorrer, pelo fato de todos os homens possuírem direitos individuais. Mas tal como Hobbes, admite a

possibilidade da existência proporcionalmente pequena desse estado.

Muitas vezes se pergunta, com uma poderosa objeção: Há ou algum dia houve estado de natureza? (...), pois não é toda a convenção que põe fim ao estado de natureza entre os homens, mas apenas aquela pela qual todos se obrigam juntos e mutuamente a formar uma comunidade única (...) As promessas e os intercâmbios realizados entre os homens numa ilha ou entre um suíço e um índio, nas florestas da América (LOCKE, 1994, p.14).

Com relação à historicidade ou não do estado de natureza, Rousseau, em um primeiro momento, na obra *A origem das desigualdades entre os homens*, acredita e defende a ideia de que o estado de natureza tenha existido no tempo e no espaço, sendo, portanto, um estado histórico. Argumenta que o referido estado ocorreu no início da humanidade, vivenciado na figura do bom selvagem, que se encontrava em perfeito estado de harmonia com a natureza; tudo de que ele necessita para viver retira da própria natureza. A realidade desse contexto era um homem jogado ao seu estado natural, cuja única preocupação seria a autoconservação; para tanto, o mais importante era o bom uso do seu corpo. “Sendo o corpo o único instrumento que o homem selvagem conhece, é por ele empregado de diversos modos” (ROUSSEAU, 1978, p. 239).

Já que esse homem só conhecia como instrumento seu próprio corpo, ele deveria ter um preparo para enfrentar os desafios da natureza, e é isso que nos leva a acreditar que o homem no estado natural era dotado de uma postura de muito vigor: “Habitado, desde a infância, às intempéries da atmosfera e ao rigor das estações experimentadas na fadiga e forçados a defender, nus e sem arma, a vida e a prole contra as outras bestas ferozes ou a elas escapar correndo, os homens adquirem um temperamento robusto e quase inalterável” (Idem, p.238). Rousseau caracterizava como livre o homem nesse estado, em razão de não estar preso a necessidades artificiais da sociedade civil, precisando somente garantir a sua autosubsistência e felicidade.

Enquanto os homens se contentaram com suas cabanas rústicas, se limitaram a costurar com espinhos suas roupas de peles, a enfeitarem-se com plumas e conchas, a pintar o corpo com várias cores, a aperfeiçoar e embelezar seus arcos e flechas, a cortar com pedras agudas algumas canoas de pescador, em uma palavra: enquanto só se dedicaram à obra que só um homem podia criar, viveriam tão livres, sadios, bons e felizes quanto poderiam ser por sua natureza (Idem, p.238).

Para Rousseau, é a saída dessa condição, incentivada pelo desejo de possuir, que origina a sociedade civil, a qual teria outras características: a propriedade, o vício, a artificialidade. A sociedade civil não é boa para o desenvolvimento humano: essa é a tese que perpassará toda a obra de Rousseau, especialmente o *Discurso sobre a origem das desigualdades*. Nessa obra, o grande empenho do autor consiste em demonstrar que o homem moderno, impelido pelo espírito da propriedade e do amor próprio, renega a sua natureza boa para seguir os ditames da sociedade civil.

Posteriormente, transcende tal perspectiva e assume o estado de natureza como hipotético. Mas qual a validade e as decorrências da sua acepção de estado natural? Ao reconhecer o estado de natureza como bom e pacífico, Rousseau encontra algumas objeções em relação aos outros dois pensadores jusnaturalistas mencionados. Em Hobbes, por exemplo, o estado de natureza é concebido como um estado de guerra; em Locke, é um estado de paz com algumas restrições. Hobbes empenha-se em demonstrar que, nesse estado, cada homem é inimigo de todos os outros; é um estado igualitário na medida em que todos possuem seus direitos ilimitados: todos têm direito a tudo para defender a sua autoconservação. Isso irá gerar um paradoxo, visto que cada indivíduo tem direito a tudo para conservar sua vida e, inclusive, o direito de matar, ou seja, o direito de interferir no direito do outro.

Resta, portanto, para o homem, um estado de insegurança, pois a qualquer momento ele pode perder a vida, já que todos têm o mesmo direito também. Nesse contexto é que o estado de natureza se constitui, para Hobbes, em um perfeito estado de guerra, no qual, segundo ele, o que predomina são as paixões e, por consequência, um sentimento de rivalidade, de competitividade: “Com isso se torna manifesto que durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra...” (HOBBS, 1974, p. 79).

Para Locke, o estado de natureza é um estado de paz, no qual os homens desfrutam dos mesmos bens. Nesse estado, as pessoas devem seguir as leis naturais, que, na verdade, são leis da razão. Ali, os indivíduos também vivem em regime de igualdade, pois todos são oriundos de um único criador: Deus, o único que, com poder supremo, está acima de todos. Também nesse estado, os indivíduos dispõem de liberdade da maneira que lhes convier, ou seja, são autônomos e

independentes; nenhum indivíduo está subordinado a outro por sua condição de equidade; não há nenhuma espécie de hierarquia. Nesse estado, nenhum homem deve atentar contra a vida do outro, porque somente Deus, na condição de criador, é quem deve decidir sobre a vida de suas criaturas: “Cada homem é obrigado não apenas a conservar sua vida, mas também, na medida do possível e toda vez que a sua própria conservação não esteja em jogo, velar pela conservação do restante da humanidade” (LOCKE, 1994, p.85).

O respeito às leis naturais, no conceito de Locke, cria a condição de paz entre os homens. Para ele, o homem possui, já no estado de natureza, alguns direitos, entre eles, o da propriedade, o da igualdade e o da liberdade. Ocorre que nem sempre o homem, no estado natural, sente-se seguro de seus direitos. É aqui que surge a necessidade de um pacto entre os homens, pelo qual resulte a escolha de um governo que lhes dê garantia e segurança de seus direitos, instituindo, dessa forma, a sociedade civil.

1 NATUREZA E EDUCAÇÃO

Ao afirmar que existe uma bondade original no homem, Rousseau transfere o mal para a sociedade e dá a ele a possibilidade de uma ação boa e espontânea, sem dependência do olho da consciência divina. Assim, a preocupação do homem é com a utilidade de sua ação, e não mais com a predestinação inata ao pecado, resultado da perspectiva do contexto medieval.

A partir da concepção de natureza desenvolvida por Rousseau, a pedagogia irá trabalhar com dois conceitos: natureza corrompida e natureza boa. Isso cria um certo paradoxo e uma reavaliação da sua utilidade. Antes de Rousseau, o pressuposto de que a natureza já vem corrompida atribui à pedagogia a função de purificá-la. Mas se a natureza já é boa, para que a educação? No primeiro caso, a educação e toda a cultura constituem uma forma de luta contra todas as manifestações do homem, vetando os desejos e as paixões humanas, pois eles são indignos do homem. No segundo, a função da educação é preservar a natureza boa, moralizando o homem, que nasce bom, mas não moralizado; sua bondade, por ser espontânea, é ainda ingênua e, para que ele possa conviver como indivíduo social, a moral é um fator determinante.

1.1 O CONCEITO DE NATUREZA NO CONTEXTO DO *EMÍLIO*

A defesa dessa natureza é percebida em todas as fases de desenvolvimento de Emílio, protagonista da obra homônima, em contraposição a uma pedagogia que negava a defesa da natureza. Rousseau,

no *Émile*, descreve uma educação baseada não nas formas da sociedade, nas tradições sem sentido da escola e na completa ignorância da infância, mas no conhecimento da verdadeira natureza do homem. O homem natural não é o homem selvagem, mas o homem governado e dirigido pelas leis de sua própria natureza, tais leis podem ser descobertas como quaisquer outras por meio da investigação. (MONROE, 1983, p. 258)

Nessa obra, Rousseau critica a forma de educação que confia mais no hábito do que na natureza, sugerindo, ao contrário, uma maior confiança em nossas primeiras impressões e instintos naturais, pois a natureza é boa. Por várias vezes, conceitua a natureza desumana presente na sociedade civil, a qual estaria mais preocupada com a formação do cidadão do que com o homem. Isso, para Rousseau, deve ficar bastante claro: ou se opta pela civilização ou pela preservação da natureza do homem. Sugerindo uma relação estética que desenvolva a sensibilidade da natureza humana considera que, nesse estado, é necessário que seja ouvida a voz da natureza:

Enquanto permanece o homem da natureza, é nele próprio que o homem percebe a voz da natureza. A Natureza fala *nele*, pois que ele próprio está *na* natureza (...). Para o homem civilizado essa voz se tornará uma voz distante, uma voz negligenciada. Ela lhe será exterior. Pior ainda, ele já não saberá escutá-la e reconhecê-la. (STAROBINSKI, 1981, p. 313)

O autor dá extremo valor à natureza, entendendo ser preciso que o homem, pela sensibilidade, conserve o seu verdadeiro valor. Em toda a extensão de *Emílio*, é possível identificar, em cada uma de suas máximas, uma exaltação do conceito de natureza que, em sua época e ainda hoje, está sendo ignorado pela mesma ciência acerca da qual Rousseau, ainda no século XVIII, já afirmara que não traria em seu bojo o germe do desenvolvimento da condição humana; pelo contrário, traria consigo um maior número de vícios. Em sua própria caracterização de

homem simples, está intrínseco um conceito de natureza:

Lembrai-vos sempre de que quem vos fala não é um sábio, nem filósofo e sim um homem simples. Amigo da verdade, sem partido e sem sistema; um solitário que vivendo pouco com os homens, tem menos oportunidade de se imbuir de seus preconceitos e mais tempo para refletir sobre o que o impressiona quando com eles vive: meus raciocínios são menos baseados em princípios do que em fatos; e creio não poder colocar-vos ao alcance de julgá-los relatando algum exemplo das observações que me sugerem. (ROUSSEAU, 1995, p. 117).

Em *Emílio*, Rousseau, partindo da tese de que “tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo se degenera entre as mãos dos homens” (1995, p. 7), procura demonstrar que o sistema educativo proposto pela sociedade da época, cujos métodos tratavam a criança como um adulto, estava errado. Assim, em vez de educá-la, passava para a criança uma série de vícios, os quais, sem dúvida, emergiam da sociedade da época, que negava a natureza. Diante desse quadro, Rousseau propõe uma educação diferente (descrita em *Emílio*), que decorre de numa análise detalhada de todas as etapas pelas quais uma criança passa em sua vida educativa. Isso justifica o porquê de Emílio ser um aluno imaginário; de fato, de acordo com a educação da época, ele era inconcebível.

A proposição de educação de Rousseau, nessa obra, não segue o viés da sociedade daquele período, mas o da lógica da natureza. Ele estruturou o seu livro em cinco partes, seguindo as diferentes fases da vida de Emílio, desde o seu nascimento até a idade de 25 anos. Na referida obra, Rousseau realizou uma das maiores sínteses pedagógicas entre o sentimento e a razão, a partir de seu aluno Emílio:

Enquanto todos se voltam para as explicações racionais e objetivas marcadas pelo primado da razão, Rousseau revela uma maneira própria de pensar, em que utiliza tanto o coração quanto o intelecto. No Emílio, especificamente, a síntese emoção e razão enfatizada em algumas passagens pelo discurso em primeira pessoa, cria um clima em que, ao escapar do real, através de seus devaneios, ele não só transforma este real, como recria. (CERIZARA, 1990, p. 30)

Vejamos, pois, como Rousseau apresenta o desenvolvimento dessa natureza boa e pura:

Livro I - a idade da necessidade e natureza: do nascimento aos dois anos de idade

Nas primeiras páginas do Livro I, Rousseau preocupa-se em demonstrar, demoradamente, as diferenças existentes entre o homem natural e o homem civil. Isolando Emílio da sociedade existente, Rousseau concebe-o como unidade indivisível; já o homem civil, só é concebido a partir da sociedade e é unidade fracionária. Estabelecendo esse paralelo entre os dois conceitos de homem, critica todo o sistema de educação que rotula e não trata o aluno como indivíduo; critica ainda, em toda a sua obra, o sistema de preceptores da época e, com isso, vai apresentando os seus objetivos e o seu método educacional.

O objetivo inicial de Rousseau apresenta-se como algo extremamente complexo: “Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana” (1995, p. 14). Mais adiante, ele faz questão de manifestar que viver é o ofício que ele quer ensinar. Surge-nos a interrogação: viver de que modo? Viver de acordo com a natureza. A essa altura, Rousseau não está preocupado em fazer grandes explicações; simplesmente se preocupa em propor uma nova condição humana, livre de todos os erros que existem na sociedade. Segundo ele, “começamos a nos instruir quando começamos a viver” (1995, p. 14). E como em nossa vivência inicial necessitamos do auxílio de alguém, o autor faz uma demorada análise da forma como as amas-de-leite (babás) dão um tratamento errado às crianças desde o nascimento. Analisa desde o modo incorreto de pôr as fraldas e faixas no corpo dos bebês até a educação comportamental, passando também pela educação da linguagem da criança.

Com o intuito de demonstrar os erros que a sociedade comete na fase inicial da educação, nesse período, Rousseau analisa detalhadamente o fato de as amas-de-leite não educarem a criança para se vestir: elas amarram fortes faixas no corpo dos pequenos, quando, ao contrário, deveriam deixá-los livres; desde o nascimento, utilizam métodos que, mais tarde, irão influenciar a falta de espontaneidade da criança; um deles é justamente o vestuário. Essas primeiras educadoras, segundo Rousseau, deixam a criança imperar pelo choro, em vez de a distraírem;

ensinam-na a decorar palavras cujo significado ela não entende, em lugar de lhe ensinarem palavras práticas e claras, como era o caso do Emílio. Rousseau entende que o choro representa uma grande arma para as crianças. Quando elas descobrem o seu potencial e os pais se descuidam, ocorre um abalo no processo educativo, passando a criança a mandar.

Rousseau traça ainda um paralelo entre a criança educada na sociedade civil de sua época e a criança camponesa (lembramos aqui a estrutura da sociedade de classes da França). Em razão de valorizar a natureza, o filósofo dá primazia ao método espontâneo de educação da criança criada no campo. Eis um exemplo em que fica clara essa primazia, no que se refere à linguagem do campo:

No campo, tudo é diferente. A camponesa não fica todo o tempo junto ao filho; ele é obrigado a apreender a dizer bem claramente e bem alto o que tem necessidade que ela ouça. Nos campos, as crianças soltas, longe do pai, da mãe e das outras crianças, exercitam-se em se fazer ouvir a distância e a medir a força da voz pelo intervalo que as separa daqueles por quem querem ser ouvidas. Eis como realmente se aprende a pronunciar, e não gaguejando algumas vogais no ouvido de uma governanta atenta. (1995, p. 60)

Demonstrada a preferência que Rousseau dá ao método simples e natural do camponês, a vida de Emílio está sempre centrada no livro da natureza. Buscando a preservação e o desenvolvimento da natureza, a nova educação cuida para que a criança não possua inúmeros preceptores, mas somente um, que a acompanhe dos zero aos 25 anos. Trata-se de uma norma que será estabelecida para Emílio. Um único professor conhece melhor seu aluno e possibilita um melhor acompanhamento; Emílio desenvolverá com espontaneidade todas as fases de sua existência, sem queimar nenhuma delas e buscará a leitura apenas do livro da natureza.

Livro II – a idade da natureza: dos dois aos doze anos de idade

Nesse segundo Livro, Rousseau continua desenvolvendo seu método, afirmando que o mesmo pressupõe também alguns esforços. Se a criança quiser aprender a correr, por exemplo, está sujeita a cair e sua grandeza consiste em saber se levantar por conta própria. Agindo assim, estará aprendendo a gozar o bem-estar da liberdade. No entanto, sua

crítica continua se dirigindo aos que não respeitam esse desenvolvimento espontâneo da criança, tornando sua vida cheia de sacrifícios e privações, sem propor qualquer fim educativo:

O que devemos pensar, então, dessa educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto, que prende uma criança a correntes de todo tipo e começa por torná-la miserável, para lhe proporcionar mais tarde não sei que pretensa felicidade de que provavelmente não gozará jamais? (1995, p. 65)

A proposta de Rousseau é singela:

Homens, sede humanos, este é o vosso primeiro dever; sede humanos para todas as condições, para todas as idades, para tudo o que não é alheio ao homem... Amai a infância, favorecei suas brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não teve alguma vez saudade dessa época, onde o riso está sempre nos lábios, e a alma está sempre em paz (1995, p. 68)

Ainda no Livro II, Rousseau promove uma forte crítica à educação que se realiza de zero a doze anos. Segundo ele, apagar o tipo de educação que recebem nessa fase seria a melhor alternativa, pois a criança não está preparada para assimilar tantos conhecimentos. Também é nessa fase que elas adquirem os maiores vícios. Emílio deve aprender apenas aquilo que lhe é útil.

Livro III – a idade da força: dos doze aos quinze anos

No Livro III, Rousseau acompanha um Emílio em fase de definição de personalidade e de perspectivas futuras. Ele fala aqui da Idade da Força:

Como homem, [Emílio] seria fraquíssimo; como criança é muito forte. De onde provém a fraqueza do homem? Da desigualdade existente entre a sua força e os seus desejos. Nossas paixões tornam-nos fracos, pois, para satisfazê-las, precisaríamos de mais forças do que as que a natureza nos deu. (1995, p. 200)

Rousseau começa discorrendo sobre a fase dos doze aos quinze anos, com a preocupação básica voltada para a educação intelectual e para a manual, dando primazia à segunda. Na verdade, na Idade da Força, é preciso reforçar a importância da experiência. Essa preocupação é tão saliente que, questionando-se sobre o que fazer em tal período, em que a criança pode mais do que deseja, o autor afirma que ele deve ser preenchido com trabalhos manuais, com experiências práticas. No entanto, adverte que esse curto espaço de tempo não pode passar despercebido, pois é um tempo muito valioso e decisivo para a vida humana: “É o tempo mais precioso da vida, tempo que só aparece uma vez: muito curto e, por ser tão curto, é importante que seja bem empregado” (1995, p. 202).

Ainda na primeira parte desse Livro III, o autor revela que a sua preocupação não é repetir os métodos dos preceptores da época, mas reforçar sua maneira de educar. Por isso, o aluno rousseauiano não tem, nessa fase, muitas leituras nem muitas aulas teóricas; aprende geografia em passeios pelos bosques. Emílio aprende o verdadeiro mapa com a experiência, não simplesmente desenhando e decorando, como fazem os outros alunos.

No que diz respeito à leitura, Rousseau faz questão de mencionar que seu aluno não lerá muitos livros. No entanto, indica um livro e justifica o porquê dessa indicação: esse livro é o *Robinson Crusoe*.

Robinson Crusoe em sua ilha, sozinho, sem amparo de seus semelhantes e dos instrumentos de todas as artes, provendo, porém a sua subsistência, a sua conservação e conseguindo até uma espécie de bem-estar eis um tema interessante para qualquer idade e que temos mil maneiras de tornar agradável para as crianças. (1995, p. 233)

A preocupação do autor nessa fase centra-se em somente ensinar aquilo que é claro e que pode servir para a vida do educando. Segundo ele, ensinamos demasiadas expressões cujo verdadeiro significado as crianças não compreendem no momento. Isso justifica a recomendação do referido livro, que, em seu enredo, apresenta a narrativa de uma história ligada à prática. Aqui emerge um outro conceito do Livro III: o conceito de utilidade. Segundo Rousseau, o adulto deve saber com clareza aquilo que uma criança ainda não é capaz de entender. Então, quando uma criança nos dirige uma pergunta, devemos, com vistas ao

seu melhor aprendizado, responder-lhe com outra pergunta: “Em que isso que me perguntas é útil de saber?” (1995, p. 224).

A segunda parte do Livro III detém-se em mais uma das preocupações do autor: o emprego da força do adolescente. Nesse sentido, sugere a necessidade de um ofício para seu aluno: é chegada a hora de Emílio trabalhar. O intuito do mestre é que Emílio, nessa fase de sua vida e de seu aprendizado, escolha uma profissão honesta e útil:

Eis o espírito que nos deve guiar na escolha da profissão de Emílio, ou antes, não cabe a nós fazer a escolha, mas a ele, pois as máximas de que está imbuído, conservando nele o desprezo natural pelas coisas inúteis, ele nunca quererá gastar seu tempo com trabalhos de nenhum valor, o único valor que reconhecerá nas coisas é a sua utilidade real; ele precisa de uma profissão que pudesse servir a Robinson Crusóé em sua ilha. (1995, p. 254)

Na citação acima, transparece um dos grandes ideais da educação rousseauiana: a defesa de uma vida digna, com uma educação para o trabalho que enalteça a condição humana. Profissionalmente, Emílio será marceneiro, um trabalho modesto que deve ser acompanhado pelo mestre diariamente. Assim, o aluno de Rousseau desenvolverá as suas atividades físicas e empregará as suas forças em algo útil. Emílio é extremamente temperante, paciente, firme, trabalhador e cheio de coragem; nele, as primeiras manifestações do julgar estão começando a emergir. É um aluno feliz porque a natureza lhe permitiu viver com felicidade; não tem erros, nem vícios. Tem poucos conhecimentos, mas os que tem são realmente seus.

Percebemos, no Livro III, que o autor enfatiza a necessidade do conhecimento prático e das coisas que realmente sejam úteis para a vida. Aprendida a profissão, Emílio está com quinze anos quando, ainda, sabe pouco sobre os homens. Faz-se necessária, agora, a presença da moralidade e da racionalidade para que os conheça melhor. Tal etapa será o tema do Livro seguinte.

Livro IV – a idade da razão: depois dos quinze anos

Os conceitos fundantes trabalhados neste Livro são: a educação moral de Emílio, a educação religiosa, a educação sexual e a educação

racional, que emergem junto com a educação moral. A idade das paixões e a idade da razão caracterizam um novo nascimento no homem: “Nascemos, por assim dizer, duas vezes: uma para existir, outra para viver; uma para a espécie, outra para o sexo” (1995, p. 176). Rousseau está preocupado em manifestar mais uma necessidade humana: a de que o homem evolui; porém, sua evolução deve ser acompanhada. Ele considera a idade em questão como um momento de crise, curto, mas muito importante para a vida vindoura; é um período que, sem dúvida, merece uma atenção especial. Uma grande novidade aproxima-se da vida do adolescente:

Como o mugido do mar precede de longe a tempestade, essa tempestuosa revolução é anunciada pelo murmúrio das paixões nascentes; uma manifestação muda anuncia a aproximação do perigo. Uma mudança no humor, arroubos frequentes, uma contínua agitação de espírito tornam a criança quase indisciplinável. Torna-se surda à voz que a fazia ficar dócil; é um leão em sua febre; desconhece seu guia, já não quer ser governada. (1995, p. 272)

O autor considera o período destacado um segundo nascimento; é a hora em que a realidade se apresenta como é. Emílio está começando a conviver com os homens. O mestre está consciente de todas as armadilhas em que seu aluno poderá cair; no entanto, está seguro e convicto de que, em sua educação, desenvolveu uma das faculdades mais importantes de seu aluno: a capacidade de julgar, ou a razão. Emílio não será um mero racionalista; ao contrário, saberá distinguir as paixões verdadeiras das medíocres. Isso porque é impossível negá-las; para Rousseau, elas fazem parte da natureza humana: “Se Deus dissesse ao homem para destruir as paixões que lhe dá, Deus quereria e não quereria; estaria se contradizendo” (1995, p. 273).

Rousseau entende que as paixões naturais são limitadas. Discorrendo sobre as mesmas, evidencia uma, considerada a primeira, a fonte de todas as paixões: o amor de si. Mas em que consiste o amor de si? “O amor de si é sempre bom e sempre conforme a ordem estando cada qual encarregado de sua própria conservação, o primeiro e mais importante de todos os cuidados é e deve ser zelar por ela continuamente”. (1995, p. 274)

Rousseau identifica uma paixão benigna, uma necessidade natural de o homem se conservar. O amor de si não é egoísta como o amor-

próprio, é ele que começa a despertar o homem para a consciência moral.

Rousseau considera o amor a si mesmo não só bom e útil, como necessário para a conservação do homem. O amor-próprio é, a seu ver, uma deturpação do primeiro, posto que se baseia fundamentalmente na opinião. O homem, ao comparar-se com os demais, desenvolve uma reflexão rudimentar que lhe possibilita perceber tanto as diferenças como a sua superioridade em relação aos outros. O aparecimento do orgulho é, a um só tempo, inevitável e desastroso. (CERIZARA, 1990, p. 99)

Dessa forma, para Rousseau, quanto mais afastarmos as crianças dos desvios do amor-próprio, mais estaremos contribuindo para o desenvolvimento da natureza. Ainda na idade da razão e das paixões, surge a necessidade de uma companheira. Aqui começa para Rousseau um estado crítico. Por precisar de uma companheira, o homem não se sente isolado, seu coração já não está mais sozinho; porém, precisa de algumas normas mínimas para a relação com outrem. Eis a necessidade da moral.

Emílio está num mundo em que corre, frequentemente, perigo. Até então, havia olhado somente para si mesmo; a partir de agora, começará a olhar os outros seres e passará, então, a compará-los. A comparação possibilitará que não aceite as paixões medíocres tão precocemente. Na fase em questão, a maior preocupação de Rousseau está em manter seu aluno forte e autônomo para enfrentar todos os problemas que constantemente emergem.

Quando Emílio compara suas ações com as dos demais, percebe a diferença que há entre o amor de si (gosto e preservação de si mesmo) e o amor-próprio, que é um amor movido pela paixão da propriedade, da força, da luta pelos interesses que não tendem para o bem comum. Para Rousseau, no estado de natureza, há uma igualdade de fato, o mesmo não ocorrendo no estado civil. Isso justifica a necessidade de leis morais para que não se repita a dependência de uns em relação aos outros. Aqui o autor faz várias críticas ao modo como os homens fizeram a história, tomando os efeitos pelas causas. Cita Hobbes, discorre sobre a supremacia do mais forte sobre o mais fraco, e faz uso desses exemplos para ilustrar a importância de conhecermos a moral pela política: “É preciso estudar a sociedade pelos homens, e os homens pela sociedade; quem quiser tratar separadamente a política e a moral não entenderá de nenhuma delas” (1995, p. 309).

Rousseau está aqui preocupado com um melhor conhecimento da sociedade e, conseqüentemente, com um melhor conhecimento do homem, para que seu aluno seja mais bem-esclarecido. Um dos conselhos que passa a Emílio é que observe as ações humanas, pois é por elas que podemos conhecer melhor o homem. Emílio deve, assim, julgar tais ações. Nesse julgamento, emergirão aspectos que dizem respeito à justiça e à injustiça nas ações humanas. É a questão da ética e da religião que está se apresentando.

A educação de Emílio não está acabada; é preciso conhecer a natureza e a base do sentimento religioso. Rousseau usa a “profissão de fé do vigário saboiano” como pretexto para criticar, no Livro IV, o sistema religioso da época, e propor um modelo de crença religiosa para a educação de Emílio, que seguisse a lógica do cultivo e da preservação daquela natureza boa que ele tanto defende (a religião natural). Nesse livro, buscando as provas que lhe dessem maior certeza da existência de Deus, ele consegue apontar para um viés diferente daquele que seguia Voltaire, ou seja, afirma que a existência de Deus pode ser provada pela percepção de um impulso interior que move o homem: a consciência de que há uma vontade superior que move o universo e uma inteligência superior que move a matéria segundo certas leis. Disso resulta que a existência de Deus é provada pela harmonia do mundo.

Temos, entretanto, de estar atentos ao mal oriundo das paixões que depravam a consciência. O itinerário que Rousseau segue em sua argumentação, nesse sentido, pode ser assim descrito:

Da harmonia do universo Rousseau chega a uma inteligência suprema e a uma bondade suprema, isto é, Deus... Ele se anula diante da majestade do ser eterno. Cada vez que quer conhecer melhor este Deus, choca-se com explicações contraditórias que não se pode resolver; assim pensa que é preciso renunciar conhecer Deus de uma maneira mais precisa. É preciso limitar-se ao culto do coração, escutar sua voz, ser tolerante, praticar a virtude. O culto do coração pode tornar o homem feliz (MOTTA, 1996, p. 99).

Aqui ele aproveita para fazer uma crítica aos métodos religiosos da época, como também às abstrações da filosofia (metafísica) que, segundo ele, ao invés de contribuir para a religião, apenas criam confusões. A maneira como Rousseau trata a questão de religião deixa cada vez mais evidente a identificação com seus postulados morais: a

religião deve conduzir o homem a uma maior conscientização dos seus atos em busca da felicidade: “Deus nos fez de tal maneira que, se usamos a nossa liberdade para viver como justos e manter a fé em harmonia com a nossa própria natureza, seremos felizes” (1995, p. 328).

Na verdade, a grande questão da moral e da religião, em Rousseau, é uma questão presente em todos os jusnaturalistas e também nos filósofos do século posterior. O que vemos é que, para legitimar qualquer aspecto da moralidade, não se podem dispensar as práticas e as crenças religiosas da época. A religião funciona como um elemento que serve à objetivação das ideias morais.

Reafirmamos que a crítica de Rousseau não é um desprezo à totalidade da religião, mas à demonstração dos interesses humanos imersos no processo de sujeição de uma grande maioria que, pela autoridade de Deus, obedece a vontades alheias. É o que o primeiro Estado francês, aliado à Igreja, mantinha como prática. Tanto o é que Rousseau assume alguns aspectos que considera importantes na religião, como, por exemplo, os deveres da moralidade.

Finalmente, para o autor, não é no livro dos homens (a Bíblia), no que declara o vigário, mas no livro da natureza – que está aberto e acessível a todos indistintamente – que aprendemos “a servir e a render culto ao divino autor”. (1995, p. 473).

Emílio já possui a capacidade de julgar, e isso se constitui também na elaboração de sua moral. Possui ainda os mandamentos da nova religião, que não está embasada em inúmeros sacrifícios, mas numa verdadeira aposta no desenvolvimento da natureza humana. Nessa fase, já conhece um pouco mais sobre os homens; ainda não possui namorada e é paciente e reflexivo. No entanto, está próximo dos seus vinte anos, a idade ideal para escolher uma companheira e inserir-se, de vez, na sociedade.

Livro V – Idade da sabedoria e do casamento

Ao nos aproximarmos da Idade da Sabedoria, podemos inferir que já foram passados a Emílio os conceitos essenciais para o bom desenvolvimento de uma vida social. O aluno já tem uma profissão, já possui a capacidade de julgar e possui também elementos morais e religiosos. Como Rousseau preocupa-se com a preservação daquilo que é natural, o casamento se apresenta como algo que continua

desenvolvendo a lógica da natureza: “Eis-nos chegado ao último ato da sua juventude, mas ainda não estamos no desfecho. Não é bom que o homem esteja só, e Emílio é homem; prometemos-lhe uma companheira, é preciso dar-lha. Essa companheira é Sofia” (1995, p. 491).

No livro V do Emílio, Rousseau dedica-se extensamente a discutir a personalidade de Sofia e escreve sobre a importância da mulher no casamento; posteriormente, conta como foi que Emílio a encontrou. Finalmente, com o casamento, está concluída a missão do mestre. E é mediante as experiências que o aluno adquiriu com seu mestre que ele almeja ter um filho e educá-lo da maneira como foi educado por seu preceptor.

O objetivo de saber quem é Sofia consiste na necessidade de, num primeiro momento, caracterizá-la para, depois, poder saber onde a encontrar. Dessa forma, Rousseau faz uma distinção entre os sexos, mais precisamente entre o macho e a fêmea, na qual evidencia a importância da mulher na relação:

Não há nenhuma paridade entre os dois sexos quanto à consequência do sexo. O macho só é macho em certos instantes, a fêmea é fêmea a vida toda, ou pelo menos a juventude toda; tudo a faz lembrar seu sexo e, para bem preencher suas funções, ela precisa de uma constituição que se coadune com ele. Precisa de precauções quando está grávida, precisa de repouso nos partos, precisa de uma vida calma e sedentária para amamentar os filhos, precisa, para educá-los, de paciência e mansuetude, de um zelo e de uma afeição que nada a espante; ela serve de ligação entre os filhos e o pai, só ela faz com que o pai os ame e lhe dá confiança para chamá-los seus filhos. Quanta ternura e preocupação ela não deve ter para manter a união em toda a família! E enfim tudo isso não devem ser virtudes, mas sim gostos, pois caso contrário a espécie humana logo se extinguiria. (1995, p. 496)

Para Rousseau, é a feminilidade da mulher que a torna forte e sensível ao mesmo tempo; são essas características que determinam a posição de destaque da mulher. Que outras características teria Sofia? Em primeiro lugar, o autor faz questão de mencionar que Sofia não é perfeita; não é bela, mas sabe agradar e, aos poucos, mostrar sua beleza; tem talentos naturais; sabe trabalhar como mulher, é caprichosa; é sensível; não magoa; tem uma religião simples e com poucos dogmas; ama a virtude porque a virtude é a glória da mulher, é a conquista da

verdadeira felicidade; tem pouca prática do mundo, mas é dedicada e atenciosa, e, finalmente, tem grande maturidade e capacidade de julgar. Dessas características deduz-se que Sofia possui todos os grandes atributos possíveis a uma mulher.

Para Rousseau, Emílio já conhecia Sofia antes mesmo de ter convivido com ela. E justifica sua afirmativa mediante a compreensão de que, em Emílio, havia elementos que o identificavam com sua companheira. Sabe-se, no entanto, que uma mulher com essas características é uma mulher rara.

Pois bem, agora que já sabemos como ela é, segundo Rousseau, devemos perguntar onde ela se encontra. Sofia residia no campo. Cheia de talentos naturais, como já evidenciamos; é ela que Emílio irá namorar e com ela, posteriormente, se casar.

Uma marca essencial de cunho formativo é a presença constante do preceptor na vida de seu aluno, atitude que perpassa toda a sua obra. Até mesmo no Livro V, ele marca presença como conselheiro do romance entre Emílio e Sofia. Pode aqui ser levantado um questionamento sobre o conceito de *autonomia*, ou seja: por que deixar Emílio prosseguir sozinho somente aos 25 anos? Rousseau entende que essa é a fase em que o aluno terá todas as condições para desenvolver suas potencialidades no meio social. Vemos, então, que a educação rousseauiana tende à sua máxima expressão na sociedade.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEITOS DE NATUREZA E DE MORAL NO EMÍLIO

Alguns conceitos presentes no *Emílio* precisam ser retomados, entre eles, o conceito de estado de natureza e o conceito de moral. Afirmamos, de antemão, que ambos se encontram vinculados, aliás, como já afirmamos, o conceito de estado de natureza está presente em toda a sua obra e constitui “um instrumento básico do esforço racional de uma construção político-pedagógica” (Oliveira, 1977, p. 37). Buscando melhor caracterizá-lo, encontramos, em relação ao estado de natureza, a seguinte caracterização:

Assim entendido, o estado de natureza é muito mais uma hipótese de trabalho do que uma realidade propriamente dita. É do estado de natureza que deve começar o estudo; e ele progredirá por esta análise ideológica

que vai do simples ao composto, do primitivo ao atual (OLIVEIRA, 1977, p. 38).

Estamos falando de um estado que consiste num artifício para se poder explicar o homem natural. Daqui se pode deduzir que o homem natural, em Rousseau, não é o mesmo que o homem primitivo, como pensava Voltaire (estado em que o homem deveria voltar a andar de quatro patas); pelo contrário, é uma abstração lógica, um conceito hipotético.

Se Rousseau desejasse que o homem permanecesse no estado de natureza, certamente seu aluno Emílio não seria uma construção fictícia, mas tomaria como estudo um ser real. Mas se esse estado é pensado como bom, por que o homem não deve permanecer nele? Com relação a esse aspecto, Rousseau deixa bem claro que a bondade existente no estado de natureza é uma bondade pura, ingênua e espontânea. Nele, o homem, com o intuito de se preservar, não faz mal a ninguém, até porque não existe nenhuma lei que possa julgar as suas ações como boas ou más. No entanto, se não existem leis, não existe moral; logo, trata-se de um estado mais instintivo do que racional, que impulsiona o homem a se conservar. Existe nele uma espécie de inocência animal.

Vimos que Emílio possui uma bondade natural. Então, para que educá-lo? Sem dúvida, para elevar a sua natureza além da sua animalidade, até uma esfera onde existam leis. Sendo assim, o projeto de Rousseau é um projeto aberto, que procura desenvolver o ser humano racionalmente, preservando a sua bondade e nela inserindo a moral. Os primeiros conceitos de moral começam a ser desenvolvidos no Livro IV do *Emílio*; no entanto, ganham forma e expressão somente na obra *O contrato social*, especificamente na ideia de *república* proposta por Rousseau, na qual, segundo ele, as leis possibilitarão que as ações humanas sejam realmente morais e livres.

A natureza, na república, é consciente e boa, pois tem as leis do contrato como escudo, do que resulta que a proposta pedagógica rousseauiana está imbuída de uma preocupação de educar para o social; nela, a moralidade não pode ser desenvolvida isolando o homem do convívio social. No *Emílio*, quando Rousseau está desenvolvendo em seu aluno os primeiros conceitos de moral, ele o leva frequentemente a jantares, nos quais, em convívio com os outros, começa a desenvolver a sua moralidade pela capacidade de julgar.

A moralidade é necessária para o desenvolvimento e a preservação da natureza boa do ser humano. Na forma como Rousseau constrói sua teoria, a ideia de lei aparece vinculada à de desenvolvimento e, no *Emílio*, o aluno é preparado para a inserção social. Como vimos, em todas as fases do desenvolvimento sadio e espontâneo, o aluno de Rousseau recebe indicações que lhe possibilitam uma educação para uma melhor convivência futura, diferente daquela em que ele se encontrava, em direção à sociedade civil. Aqui, a necessidade da república é inegável. Mas essa já é outra discussão, e a faremos em outro momento.

3 DECORRÊNCIAS DESSA LEITURA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Respeitando o contexto da época (século XVIII), o conceito de natureza de Rousseau no contexto hodierno nos sugere alguns desafios: o primeiro deles consiste em pensarmos sobre a forma como nos colocamos em muitas práticas e contextos educativos, enquanto portadores de sentido, com capacidade de intervir sobre nossos educandos. Alguns educadores ainda falam em “moldar, lapidar, transmitir e formatar” sujeitos. Será que temos toda essa capacidade de intervenção ou manifestamos com isso um paradigma pedagógico, o qual acredita que, pela educação, podemos intervir e transformar a natureza humana? O segundo desafio nos sugere uma releitura das práticas educativas na educação infantil que adultizam e criam estereótipos para as crianças, interferindo profundamente nas suas vivências da infância. O terceiro sugere uma relação de maior desenvolvimento da sensibilidade estética a partir de uma perspectiva pedagógica que não segrega natureza física e natureza humana e aponta para uma relação pedagógica profundamente humanizadora, retomando o sentido da educação, no clamor para sermos mais humanos. As práticas atuais apontam para o distanciamento dessa relação. O quarto aspecto demonstra uma abordagem pedagógica que transcende o espaço da escola e já estabelece uma relação profunda com o desenvolvimento natural.

Com o avanço da civilização em todas as dimensões, vemos que somos vitoriosos em questões tecnológicas, mas muito mal resolvidos em questões humanas. A pedagogia da natureza de Rousseau pode ser um forte indicativo para a educação ambiental no sentido do fundamento primeiro da educação – a humanização.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N; BOVERO M. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOBBIO, N, MATEUCCI, Nicola, PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Trad. João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Casais e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 9ª ed. vol.2, 1997.

CERIZARA, A. B. *Rousseau: a educação na infância*. São Paulo: Scipione, 1990.

HOBBS, T. *O Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Os Pensadores. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Introd. de J.W. Gough; trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994, (Coleção Clássicos do Pensamento Político).

LUFT, C.P. *Minidicionário*. São Paulo: Ática, 2000.

MOTTA, M. L. S. Rousseau: o encontro com a consciência religiosa. *Cadernos da Universidade de Caxias do Sul*, 1996.

MONROE, P. *História da educação*. Trad. e notas Idel Becker, 15. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983. (Atualidades Pedagógicas; v. 34).

OLIVEIRA, A. E. *Jean Jacques Rousseau: pedagogia da liberdade*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPb, 1977.

ROUSSEAU. J.-J. *Emílio ou da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem das desigualdades entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes. Trad. Lourdes Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

STAROBINSKI, J. *Jean Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia de Letras, 1981.